PRIMEIRO
MINISTRO

DISCURSO DE
SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO
KAY RALA XANANA GUSMÃO
POR OCASIÃO DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE LEI DE ORÇAMENTO PARA 2013

Parlamento Nacional, Díli
4 de Fevereiro de 2013

Palácio do Governo,
Avenida Presidente Nicolau Lobato,
Dili, Timor-Leste

Sua Excelência
Senhor Presidente do Parlamento Nacional
Suas Excelências
Vices-Presidentes do Parlamento Nacional
Suas Excelências
Senhores Deputados

Caros colegas, membros do Governo

Senhoras e senhores,

É com muito prazer que me dirijo a Vossa Excelência, Senhor Presidente, e a todos os distintos deputados desta Casa Magna, para apresentar o Orçamento Geral do Estado para 2013.

Em Setembro do ano passado, tive a oportunidade de apresentar aqui o Programa do V Governo Constitucional realçando o facto de que temos, hoje, uma visão e um plano a implementar, para que saiamos de país pobre, que somos, para um país de rendimento médio alto, em 2030, com uma população segura, saudável, instruída e produtiva.

Nestes dez anos de vida, como Estado independente e soberano, sofremos revezes, tendo em conta a nossa situação de pós-conflito, mas porque os líderes timorenses souberam revelar, melhor do que outros países, uma vontade política consistente, e com a participação de todas as componentes da nossa sociedade, conseguiu-se com coragem e lucidez ultrapassar a situação de pós-conflito.

Neste processo de uma década de construção (a partir do nada) e consolidação do nosso jovem Estado, reparámos que pertencíamos ao grupo dos LDCs ('Least Developed Countries' ou Países Menos Desenvolvidos).

Houve largos estudos, por parte de peritos, sobre como um 'LDC' pode desenvolver-se, com perspectivas de sustentabilidade futura, tendo sempre em mente realizar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Essas teorias e experiências, de instituições experienciadas em lidar com a permanente pobreza de outros, é que nos ajudaram a liderar os diálogos do g7+, composto por 18 países, com um total de população em mais de 350 milhões. Temos insistido com a comunidade internacional sobre a necessidade de adopção de novos mecanismos, que substituam os velhos, estes utilizados há dezenas de anos e comprovadamente ineficazes.

O New Deal (ou o Novo Acordo), lançado em Busan/Coreia do Sul e debatido nos corredores da ONU, reflecte basicamente a necessidade de os países sub-desenvolvidos conhecerem a sua própria realidade (social, política e económica), as suas fraquezas e as suas potencialidades, a fim de conduzirem o processo e

encetarem pelo caminho mais apropriado de desenvolvimento, gradual e seguro, com vista a assegurar a sua sustentabilidade.

É também princípio orientador do Grupo ter em conta, nas suas linhas gerais, os princípios macro e as doutrinas micro, universais, mas apenas como guia para as suas políticas anuais e a prazo, as quais – essas políticas - devem reflectir as necessidades actuais e reais de cada país, a fim de se evitar que os governos venham a ser exageradamente teoréticos e demasiadamente subjectivistas nos planos de acção.

As teorias macroeconómicas não conseguiram resolver a grande crise financeira mundial. O mundo de hoje necessita de uma doutrina mais humana, para se poder libertar dos cálculos matemáticos de lucros, em termos de dinheiro, que define o PIB estatístico das nações, como instrumento para avaliar e separar os ricos dos pobres, estes vivendo às custas das especulações do mercado. Especulações e mercado que não revelavam que, nos EUA, os poderosos transferem anualmente 1.7 triliões de dólares para fugir do imposto e na União Europeia, anualmente, cometem-se transacções idênticas em 1.3 triliões de dólares.

O mundo já se apercebeu de que o sistema actual não só está doente como está podre por dentro e já se apercebeu de que 99% da humanidade está a mercê dos ricos e poderosos, cujos peritos, nas 4 paredes das suas salas e com salários altíssimos, produzem doutrinas para que os mais pobres cumpram.

Apenas em 2004, Timor-Leste se comprometeu ao Programa mundial da ONU de combate à pobreza, conhecido como Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Apesar de tarde, conseguimos alguns pequenos sucessos, (como a redução da mortalidade infantil, o combate à tuberculose, etc), melhor que países independentes para cima de meio século. Contudo, somos realistas e sabemos que o que estamos a conseguir é muito relativo, porque somos um pequeno país, com apenas 1 milhão de habitantes. Não temos a pretensão de nos compararmos com as nações, já com bases económicas muito sólidas, onde conceitos clássicos de macroeconomia (como emprego e desemprego, importação e exportação, despesas e receitas) seriam mais aplicáveis mas não aplicados.

É este o desafio actual do mundo moderno e globalizado, onde os pobres absorvem ou consomem os conceitos e as teorias, sem dar conta de que esses conceitos e essas teorias só dão vantagem aos grandes centros decisórios e aos detentores do dinheiro, reprimindo com artimanhas e ameaças, os mais fracos e os pobres.

Excelências,

Se o Plano Estratégico de Desenvolvimento traça as metas a 20 anos, o V Governo Constitucional apresentou o seu programa político de 5 anos, onde definiu as metas a conseguir-se no fim do mandato. Hoje, é com especial satisfação que venho,

perante os distintos deputados, apresentar o OGE 2013, orçamento que dá resposta ao programa do primeiro ano de mandato.

Contudo, devo fazer lembrar aqui e a todo o Povo que o programa de 5 anos é, na prática, o programa do I quinquénio, inserido no PED.

Este Governo, como não podia deixar de ser, está orientado a olhar para um futuro mais ou menos longo, para não se comprometer demasiado a resolver apenas e todos os problemas do dia-a-dia. O Governo está consciente de que, se não se adquire uma visão larga e futurista ou se não se adopta um 'Road Map' para se iniciar e prosseguir um processo de desenvolvimento, gradual e consistente, perdemo-nos em análises de pequena escala de valores e confundimo-nos nos nossos esforços.

Um processo sócio-económico, quanto mais no seu início como é o caso de Timor-Leste, é sempre um processo complexo, onde, para se dar a melhor resposta, deve haver sobretudo uma análise profunda das prioridades, que tenham impacto a médio prazo sobre o processo, e da interdependência das actividades englobadas.

É neste sentido que as projecções macroeconómicas têm que ter já em conta as metas a que se propõem alcançar, a médio e a longo prazo. Assim também as políticas, a serem desenvolvidas, devem merecer um faseamento de projecções, quanto aos impactos e aos benefícios, que nunca serão imediatos, porque o imediato é sempre transitório.

É neste sentido também que, por exemplo, os projectos da Rede Nacional de Electricidade e o Projecto Tasi Mane devem ser vistos num âmbito integral, da sua execução, e integrado, no impacto e nos benefícios que podem estimular e produzir, a médio e longo prazo.

O Governo aderiu à ideia de um novo paradigma de desenvolvimento. O combate à pobreza é o perene 'slogan' da comunidade internacional e as Nações Unidas, o Banco Mundial, o FMI e a OCDE têm estado na linha da frente promovendo esta luta contra a pobreza, cujos resultados estão à vista, sobretudo no continente africano. São investidos biliões e biliões de dólares por ano e grande parte da população mundial continua sem comida, sem abrigo, sem saúde, sem educação e sem segurança.

Houve um curioso que descobriu que só em Timor-Leste, entre fins de 1999 a 2007, foram investidos, pela comunidade internacional, mais de 8 biliões de dólares e nós os timorenses é que fomos culpados quando o número da população pobre aumentou em 5%, em 2007.

Nós, os timorenses, temos que evitar andar na moda dos simples cálculos estatísticos e matemáticos, quanto ao resultado das nossas acções, somente para justificar os investimentos a que nos propomos. Quando milhões de americanos se vêm no desespero de perder as suas casas, porque não podem continuar a pagar as suas

dívidas de empréstimo aos bancos, quando milhões de europeus não têm dinheiro para comer uma refeição por dia, será que dizemos que são pobres ou simplesmente que não têm emprego? Em Timor-Leste adoptámos o padrão internacional de que 'é pobre quem diariamente vive com menos de 1 dólar'.

Eu coloco estas questões para que todos continuemos a ter os pés bem assentes na nossa realidade e saibamos projectar o olhar para um processo de médio a longo prazo.

O I Governo Constitucional lançou o objectivo de 'Luta contra a pobreza', como 'Causa Nacional' e nós continuamos decididos com esta meta de erradicar a pobreza no nosso país.

O Programa do V Governo Constitucional, em linha com o Plano Estratégico de Desenvolvimento, estabelece e promove as Zonas Económicas Especiais. A Constituição da RDTL confere, a Oe-Cusse e Ataúro, regimes especiais e, para que estes dois territórios venham a adquirir o seu estatuto especial, há que fazer estudos adequados e profundos.

Timor-Leste tem vindo a ser protagonista em várias iniciativas, a nível internacional, pelo menos no que toca à EITI (Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extractivas, sendo o 3º. no mundo e o 1º. na Ásia, tendo já dado apoio a vários países que pretendem conhecer melhor a nossa prática, para poderem seguir) e quanto à liderança no 'g7+'.

Nós, os timorenses, vamos protagonizar mais uma iniciativa, no novo paradigma de desenvolvimento, para tentar convencer o mundo quanto ao combate eficaz e sustentado à pobreza.

Aproveitando as bases jurídicas e conceptuais de que dispomos, o Governo decidiu que Oe-Cusse será alvo de um projecto-piloto de Zona Económica Especial, a que o novo paradigma apontaria para 'Zona Especial de Economia Social e de Mercado'.

Sendo membro da CPLP, fazendo parte também do Fórum Económico, de Macau, entre a CPLP e a China e estando no processo de adesão à ASEAN, onde se está a debater o tema de 'common market' e 'market chain', a Zona Económica Especial de Oe-cusse seria, a nosso ver, um entreposto comercial e industrial, virado para o mercado mas com uma abrangência social muito profunda e de grande impacto para a população 'atoni' e, consequentemente, para todo o Timor.

Com a concordância do Presidente da República, o Governo decidiu apontar o Dr. Mari Alkatiri, como o Representante do Estado nesta iniciativa de estudos, análises e contactos, com os países da CPLP e, porque não?, com os países da ASEAN e do Pacífico, para este Programa de relevância estratégica, que depois se estenderá a Ataúro e outras partes do país.

Excelências,

A filosofia que orienta este Governo é de que p rovém do IV Governo ou, por outras palavras, recebe a missão de continuar a implementar os programas e as reformas que foram bem-sucedidas. A continuidade implica a correcção permanente dos mecanismos de actuação e dos sistemas de trabalho e o aperfeiçoamento das metodologias e da operacionalidade da administração e gestão.

O Orçamento que hoje venho apresentar ao Parlamento Nacional pondera os objectivos de política macroeconómica e é a expressão financeira do que nos propomos fazer no curto prazo para que, a médio e longo prazo, seja erradicada a pobreza em Timor-Leste.

Este é um desafio complexo que requer um forte crescimento económico, associado a melhores infra-estruturas e recursos humanos qualificados. A concretização destes objectivos irá requerer um investimento público considerável.

Os milagres económicos da 2ª. metade do século passado, muitos deles sem recursos naturais relevantes, revelam uma consistência orientada no investimento público, para a criação de condições básicas de geração de outros tipos de riqueza, mantendo um crescimento continuado de dois dígitos e desafiando a inflação também de dois dígitos. A pergunta que se lhes colocava era entre 'how low it should be and how high it can be', na análise e procura de soluções adequadas, em cada período de implementação dos seus programas. Mas o verdadeiro dilema foi se deviam parar com os programas de desenvolvimento para prestar atenção à inflação ou se deviam apenas esforçar-se para que inflação não disparasse sem controlo, enquanto prosseguiam afincadamente com os programas de desenvolvimento, que estavam a pedir grandes investimentos públicos.

O Orçamento para 2013 tem a particularidade de **investir em políticas novas**, assentes no Programa do V Governo e no Plano Estratégico de Desenvolvimento, **ao mesmo tempo que reforça o investimento em políticas iniciadas em anos anteriores**, que conduziram o País a uma maior estabilidade, a uma melhor gestão dos assuntos do Estado e ao arranque económico.

Timor-Leste possui uma enorme riqueza em termos de recursos naturais, nomeadamente em termos de petróleo e gás. Todos sabemos que estes recursos não são renováveis, mas também já afirmei neste Parlamento que é absolutamente necessário utilizar esses recursos para desenvolvermos o país para que, num futuro mais ou menos longo, consigamos uma economia não dependente do sector petrolífero.

Assumimos, desde o I Governo, o compromisso perante o Povo timorense de utilizar o dinheiro das receitas petrolíferas de modo sustentável, com o objectivo de proteger as gerações futuras. Foi, por isso e para isso, que o Parlamento Nacional autorizou a diversificação do investimento do Fundo do Petróleo.

Em termos financeiros, isto significa que temos no horizonte uma perspectiva de futuro decréscimo do total das despesas públicas, e significa também que temos que começar, desde já, a limitar o crescimento abusivo das despesas correntes, um desafio que se coloca a toda a administração pública, sem esquecer nunca que as instituições do nosso Estado estão também em crescimento. E é, por isso, que este Governo está apostado na melhoria da prestação de serviços ao povo e na correcção das irregularidades de gestão, para uma estabilização orçamental das despesas correntes.

Só orientados neste pensamento de 'construção e consolidação', podemos garantir, por um lado, gerar, a médio prazo, receitas domésticas que venham a financiar uma maior percentagem das despesas do Estado e, por outro, atrair investimentos em sectores produtivos que se traduzam em mais-valias para os timorenses.

O Orçamento do Estado para 2013 viabiliza este desígnio de uma forma prudente.

O Orçamento de Estado para 2013 estabelece devidamente as prioridades.

Este Orçamento de Estado para 2013 é um orçamento equilibrado.

Sua Excelência
Senhor Presidente do Parlamento Nacional

Suas Excelências
Senhores Deputados,

O debate do OGE 2013, que hoje iniciamos, não pode deixar de ter em consideração os sucessos e as concretizações conseguidas pelas políticas e orçamentos implementados em anos anteriores.

Ao virarmos a página da nossa primeira década enquanto Nação independente, não podemos deixar de reconhecer que, apesar dos obstáculos, conseguimos erguer uma arquitectura política e institucional sólida que nos trouxe estabilidade social.

Timor-Leste encontra-se este ano numa conjuntura diferente, especial. No ano passado, assistimos a dois momentos marcantes da nossa experiência como Nação soberana: por um lado vivemos mais um episódio eleitoral que veio reforçar a solidez da nossa democracia; por outro, assistimos à desmobilização da Missão das Nações Unidas e das Forças Internacionais de Estabilização, confirmando que estamos prontos para assumir, sozinhos, a liderança do nosso destino.

O nosso compromisso de garantir um clima de paz e segurança não tem sido em vão, pois **Timor-Leste é hoje promessa de desenvolvimento**.

O progresso rumo ao desenvolvimento pode ser medido de muitas formas. Uma dessas formas é o crescimento económico, onde a taxa média de crescimento económico não petrolífero da nossa nação tem sido de 11,9%, desde 2007!

Na imprensa internacional, no reputado "*The Economist*", vemos a economia de Timor-Leste classificada com o sexto crescimento mais rápido do mundo. Este reconhecimento faz-nos sentir imbuídos de um espírito de confiança e de resiliência para fazer frente ao futuro que nos aguarda. O *'The Economist'* não diz que somos a 6ª. economia do mundo, o que diz é que estamos a crescer bem e, sobretudo, numa conjuntura económica difícil do mundo.

Este crescimento económico significa que existe uma maior actividade económica no País. Reflecte a existência de um sector privado embora emergente, a criação de mais emprego, o aumento das actividades comerciais e turísticas, maiores níveis de produção, também agrícola, e uma maior percentagem de receitas fiscais para suportar os serviços do Estado. Em poucas palavras, significa geração de riqueza.

O progresso a nível de desenvolvimento pode também ser medido através da saúde e da educação, áreas onde Timor-Leste regista igualmente progressos sólidos. Entre 2010 e 2011 o número total de crianças matriculadas aumentou 5% no ensino básico, 8% no ensino secundário geral e 17% no ensino secundário técnico. As taxas de mortalidade infantil têm vindo a descer de forma acentuada, passando de 83 mortes por cada 1000 nados vivos em 2003 para 64 mortes em cada 1000 nados vivos entre 2009/2010, sendo que a esperança de vida à nascença subiu dos 59.5 em 2006 para os 64.64 em 2011.

Suas Excelências
Senhores Deputados

A bem das gerações futuras, cabe-nos agora usar os recursos de que dispomos de um forma equilibrada e responsável, mas também ambiciosa. Neste contexto, o V Governo Constitucional, tendo muito claras as prioridades para o País, vai continuar a apostar em quatro frentes fundamentais:

- Desenvolvimento do capital social, destacando o investimento na qualificação dos nossos recursos humanos e na educação e saúde dos timorenses;
- Desenvolvimento das infra-estruturas básicas;
- Desenvolvimento económico, com incidência na agricultura, turismo e indústria petrolífera;
- Consolidação do quadro institucional, continuando a promover a boa governação e dando início ao processo de descentralização.

O crescimento económico só pode ser considerado um indicador favorável ao desenvolvimento nacional, quando observa dois princípios fundamentais: **a inclusão e a equidade.**

Isto significa que todos os timorenses devem poder sentir, directa ou indirectamente, os benefícios e as oportunidades deste crescimento económico. Sejam eles homens ou mulheres, novos ou velhos, residentes de Fatumean a Tutuala, de Nítibe a Laklubar, de Alas a Atauro, sejam eles agricultores, pescadores, carpinteiros, comerciantes ou professores.

Desde o I Governo, que se começaram os esforços no sentido de estabelecer a descentralização administrativa e a implementação do Poder Local. Este ano, vamos construir o quadro normativo dos municípios. Iremos ainda promover uma consulta pública alargada, a ter início em Abril, para decidirmos colectivamente qual o modelo que se adequa às necessidades dos timorenses, depois da qual começaremos a criar as Comissões Instaladoras Municipais em cada um dos 13 distritos.

A criação dos Municípios irá aproximar a administração pública dos cidadãos e, a par de uma participação democrática local mais efectiva, irá promover a oferta de serviços públicos capazes de impulsionar o crescimento social e económico, estimular o desenvolvimento do sector privado em áreas rurais, garantindo a sustentabilidade ambiental e a promoção da igualdade do género. E, não menos importante, poderá mobilizar melhor o esforço colectivo de implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento.

O Programa de Desenvolvimento Local, o Plano de Desenvolvimento dos Sucos e o Programa de Desenvolvimento Descentralizado, este iniciado em 2010, têm permitido a familiarização, por parte das administrações locais e distritais, com procedimentos, sistemas e acções de planeamento, gestão e execução de projectos que tornam o nosso País mais preparado para este processo ímpar de maior democratização e desenvolvimento. Há ainda aspectos a serem corrigidos, mas partimos já com maior confiança e certeza na melhoria de implementação.

O Planeamento de Desenvolvimento Integrado Distrital, também chamado de PDID, com base nas experiências obtidas, veio estabelecer um sistema de planeamento e implementação do orçamento, a nível do distrito e do sub-distrito, que prepara os Distritos antes da sua formação em Municípios.

O Governo vai dar continuidade e melhorar a gestão dos dois grandes fundos – o Fundo das Infra-estruturas e o Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano – que, este ano, vão ser objectos de atenção privilegiada, numa perspectiva de impacto transversal em toda a sociedade. Estes dois pilares são essenciais para um projecto de desenvolvimento económico equilibrado e sustentável e uma fonte de criação de oportunidades para homens e mulheres, jovens e adultos, em todo o País.

Assim, vamos assistir a um aumento do número de bolsas proporcionadas por este Fundo. Em 2012 financiámos a atribuição de 3.256 bolsas de estudo e, este ano, vamos continuar a atribuir bolsas, em áreas muito relevantes ao desenvolvimento do País. Contudo, em 2013, o Governo pretende fazer um estudo para a melhoria da aplicação do FDCH, com um plano de formação mais especializada em áreas

estratégicas, com uma visão das necessidades que o País vai ter, num prazo médio de 7 a 15 anos.

Vamos ainda proporcionar formação profissional a uma média de 2.500 jovens por ano e vamos garantir que o acesso à capacitação dos nossos jovens será igual, tanto na capital como nos Distritos, com o reconhecimento de 20 novos centros de formação profissional comunitária por ano.

A provisão de serviços básicos de educação e saúde tem em 2013 um carácter prioritário.

Vamos continuar a construção de postos de saúde para garantir que todos os Sucos terão acesso a cuidados essenciais, com especial atenção para os que se encontram em áreas remotas. Vamos também começar a melhorar consideravelmente os serviços do Hospital Nacional, com a ampliação de cuidados prestados, ao longo dos próximos anos.

Na educação, vai ser planeada a construção de 250 novas pré-escolas e dada prioridade ao estabelecimento de 5 escolas técnico-vocacionais nos Distritos e de 4 Institutos Politécnicos. Há a premente necessidade de capacitar os jovens para a obtenção de emprego profissional, evitando que todos tenham que vir às Instituições Superiores, em Díli, só porque não existe outra alternativa de adquirir outros conhecimentos, como preparação para a sua vida produtiva.

Criar riqueza, pela criação de mais emprego, através dos investimentos nos sectores económicos é uma meta a ser alcançada em 2013.

A redução da pobreza está também muito relacionada com a melhoria directa das condições de vida dos timorenses e o OGE 2013 contempla o início da instalação de sistemas de água potável em 25.000 lares rurais, e a continuação do projecto MDG Sucos que construirá 55.000 casas, em diversos agregados comunitários pelo País, durante os próximos anos.

O compromisso determinante com os sectores económicos tradicionais, como a agricultura ou as pescas, será paralelo ao impulso a outras áreas em que Timor-Leste pode ser extremamente competitivo, nomeadamente o Turismo.

Este ano, vamos planear a construção de um Centro de Formação em Turismo e Hotelaria e estabelecer dois novos Centros de Informação Turística, em Batugade e em Díli. Iremos preparar, através de uma unidade de implementação, o estabelecimento da Academia de Artes, Cultura e Indústrias Criativas de Timor-Leste, concluir um dos seis novos Centros Culturais Regionais e avançar com o estabelecimento da Biblioteca, Museu e Centro Cultural em Díli, cujo terreno já foi atribuído. Também iremos dar continuidade aos trabalhos de identificação do património cultural timorense.

Se o papel do Governo é crucial na contribuição com grandes investimentos nestas áreas fundamentais, é também prioritário fortalecer o sector privado para que num médio prazo este vá assumindo maior protagonismo no desenvolvimento de Timor-Leste. A inclusão de uma Secretaria de Estado de Apoio e Promoção do Sector Privado na Orgânica do V Governo Constitucional é tão necessária como oportuna.

Mas as infra-estruturas devem também responder às necessidades do tecido económico do país e este requer um arranque a sério na construção das estradas nacionais. Por outro lado, a grande aposta na Costa Sul com um conjunto de infra-estruturas na área da refinaria e petroquímica, assim como as vias de comunicação para servir este sector, está em curso, assegurando que o seu potencial económico não será desaproveitado.

O Governo prevê, até ao final do mandato, o estabelecimento de 7 Parcerias Público-Privadas que contribuam para os objectivos de desenvolvimento nacional.

Este ano, dois projectos de Parcerias Público-Privadas irão iniciar os trabalhos de construção: a expansão do Aeroporto Presidente Nicolau Lobato e o Porto de Tibar. O actual porto de Díli já não consegue dar vazão ao fluxo da mercadoria, o que tem vindo a ser uma causa também na subida dos preços dos bens de consumo, pela demora na atracagem, inevitável nas actuais condições. Só para lembrar, semanas antes do Natal, estavam nas águas de Díli 24 cargueiros, alguns dos quais ainda não conseguiram descarregar a mercadoria.

Só melhorando a gestão administrativa e financeira do país, se pode garantir a boa governação.

O Governo vai, assim, incidir a sua atenção na assistência às instituições do Estado para que se distingam pelo rigor, pela transparência e pela responsabilidade. A Secretaria de Estado para o Fortalecimento Institucional irá implementar uma auditoria de desempenho e fiscalização sucessivas, a todas as linhas ministeriais, promovendo assim a capacitação operacional da administração pública.

Também o Ministério das Finanças vai continuar a promover a formação nas áreas de aprovisionamento, gestão de contratos, procedimentos legais e administrativos e a reportar publicamente as decisões políticas do Governo, inclusivamente nas áreas do Orçamento, da Ajuda, do Aprovisionamento e dos Resultados, através do Portal da Transparência.

O Governo defende a correcção constante dos sistemas e processos, e até mesmo das políticas, que se apresentem ineficientes ou com fragilidades. Isto implica uma fiscalização constante e, por essa razão, vamos estabelecer uma Comissão para analisar e sugerir correcções às opções políticas e de despesa do Governo.

O seu trabalho irá incluir a produção de relatórios e análises de despesa, nomeadamente sobre o Fundo das Infra-estruturas, o Programa de Desenvolvimento

Descentralizado I e II e sobre outros tópicos, tendo em vista a sustentabilidade a longo prazo das políticas sociais e outros estudos de impacto económico.

O Governo continua absolutamente comprometido na Boa Governação. O desempenho nesta área, pelas instituições do Estado, foi reconhecido pelo Índice de Percepções de Corrupção da Transparência Internacional, em 2012, com a subida de 30 posições no ranking desta organização – uma melhoria significativa, que não nos pode convidar a afrouxar os esforços.

Suas Excelências
Senhoras e Senhores,

O Governo está consciente do facto de que o forte crescimento económico tem sido acompanhado por uma inflação elevada, chegando aos 15,4% em Dezembro de 2011, tendo entretanto descido e estabilizado perto dos 11%.

Sabemos que os aumentos dos preços dos bens, sobretudo alimentares, reduzem o poder de compra aos timorenses. Reconhecemos, também, que a inflação elevada aumenta os custos de material e provoca dificuldades para as empresas em Timor-Leste, prejudicando a qualidade dos trabalhos na sua relação com os ganhos a que legitimamente têm direito. Reconhecemos ainda que a inflação aumenta os custos dos Bens e Serviços e do Capital Menor, adquiridos pelo Estado.

Por estas razões o Governo está seriamente comprometido em garantir a descida da inflação e, para tal, tem vindo a registar, monitorizar e analisar cuidadosamente a inflação.

No entanto, as causas da inflação são complexas e variam com o tempo. Com a recessão mundial e os seus efeitos até agora, o dólar americano desvalorizou-se em comparação com as moedas dos nossos parceiros comerciais, nomeadamente a Indonésia e a Austrália, o que levou ao aumento do custo das importações. Os aumentos nos preços internacionais de alimentos, provocados por mudanças climáticas, assim como das matérias-primas contribuíram também para a inflação no passado. Estas causas, assim também a subida do preço do petróleo, seja em resultado das guerras seja em resposta a sanções económicas, estão fora do controlo do Governo.

Outra causa de inflação em Timor-Leste é a relação entre a quantidade de dinheiro e de bens produzidos. Na nossa economia embrionária, só tem que haver esforço persistente, a prazo, para a produção de bens, no país, porque não há outra solução mágica.

Timor-Leste precisa, portanto, de produzir mais. O presente orçamento dá prioridade à agricultura. Um maior investimento (não só público como privado) no sector da agricultura, pecuária e pesca, é que poderá contribuir para o aumento da produção no curto e médio prazo.

O Governo propõe-se facilitar o estabelecimento de novas empresas com a criação de incubadoras de empresas e a criação de um “balcão único” que simplificará e reduzirá o tempo para o registo das mesmas. Vai também prestar apoio a pequenas e micro empresas, cooperativas e grupos industriais e comerciais para potenciar a criação de emprego e estimular sectores produtivos diversificados.

Só o aumento da produtividade, a existência de mão-de-obra qualificada e a competitividade empresarial é que poderá suportar um crescimento económico sólido, a longo prazo, e reduzir e estabilizar a inflação. Contudo, da parte do Governo, devido ao estabelecimento de prioridades contidos no Orçamento de Estado para 2013, tudo faremos para que a inflação desça abaixo dos 8%.

Sua Excelência
Senhor Presidente do Parlamento Nacional

Suas Excelências
Vices-Presidentes do Parlamento Nacional
Suas Excelências
Senhores Deputados

Senhoras e senhores,

Em 2013, vamos investir um total de **$1.797,52 milhões de dólares** para fazer face às necessidades do País, **dando prioridade às Infra-estruturas, à Agricultura, à Saúde e à Educação.**

Comparativamente ao passado, **aumentámos o investimento na agricultura em 28%, na educação em 12% e na saúde em 15%.**

O Orçamento de Estado para 2013 prevê investir **$892 milhões** em capital de desenvolvimento, dos quais **$753 milhões** destinam-se a projectos plurianuais de grande dimensão no Fundo das Infra-estruturas.

Os três maiores programas no Fundo de Infra-estruturas são:

1. A Electricidade (**$173,9 milhões**)

Em 2013, iremos concluir os trabalhos em Betano e terminar, assim, a construção da Rede Nacional de Transmissão e Distribuição. A melhoria da geração e fornecimento de electricidade deverá suportar um forte crescimento económico, sejam elas micro e pequenas empresas, no interior do país, sejam também as médias e grandes indústrias que vão aparecer.

Um dos grandes erros destes dez anos de construção do Estado, foi a ausência de uma cultura de manutenção e, para corrigirmos isso, alocamos **$10 milhões** na

categoria de Bens e Serviços do respectivo Ministério, para garantir o funcionamento e a manutenção da Central Eléctrica de Hera e das sub-estações. O aumento da produção de electricidade, com a conclusão das centrais eléctricas de Hera e Betano, facto que, como já disse, vai impulsionar a indústria, implica um maior consumo de combustível e, para tal, temos previsto **$117,8 milhões.**

2. As Estradas (**$116 milhões**)

O Governo está determinado em construir estradas de boa qualidade em todo o País, para facilitar o transporte de pessoas e mercadorias, reduzindo também os custos dos bens produzidos.

Para além da construção de estradas previstas no Fundo das Infra-estruturas, está em curso a construção da estrada Díli – Manatuto – Baucau e da estrada Díli – Liquiçá – Tibar – Ermera. Estas obras irão ser financiadas através do programa de empréstimos, neste caso com a JICA e com o Banco Asiático de Desenvolvimento, respectivamente.

O Governo irá investir cerca de **$44 milhões** neste programa de empréstimo que serve para financiar projectos com taxas de retorno económico elevadas. A taxa de juro destes dois empréstimos é significativamente inferior ao rendimento previsto dos investimentos do Fundo Petrolífero. Continuamos a estudar, com instituições financeiras e com países, a viabilidade de outros empréstimos para a construção de grandes projectos, incluindo estradas, nomeadamente Aileu – Ainaro – Maubisse e Manatuto – Natarbora.

3. O Tasi Mane **($139 milhões)**

Com a criação da Companhia Nacional, a TIMOR GAP, conseguiu-se um impulso na preparação das condições, para se iniciar, este ano, com os trabalhos na Costa Sul, nomeadamente a petroquímica e o Supply Base. Ainda no dia 1 de Fevereiro, foi assinado em Díli um Memorando de Entendimento entre a TIMOR GAP e a PTT estatal, da Tailândia.

Outros **$139 milhões** incluídos na categoria de capital de desenvolvimento do Fundo Consolidado de Timor-Leste, irão financiar o desenvolvimento de infra-estruturas em pequena escala, nomeadamente a construção de instalações de ensino e de saúde, sistemas de abastecimento de água, saneamento e de irrigação, de acordo com as necessidades locais. Estes projectos são adjudicados a empresas timorenses de construção civil, fomentando assim o desenvolvimento local e mantendo os lucros em Timor-Leste.

O investimento de **$68,2 milhões**, através do PDID, vem continuar a promover a construção de infra-estruturas em todo o País, provendo as necessidades básicas das populações de forma justa e inclusiva com a participação activa dos cidadãos e líderes locais.

Gostaria de informar os distintos deputados que, para o Orçamento Geral do Estado de 2013, apenas foram considerados elegíveis os projectos de capital de desenvolvimento que satisfizeram os seguintes critérios:

- Certificação da Direcção de Terras e Propriedades sobre o uso do terreno;
- Aprovação do desenho e BoQ's pela ADN; e
- Aprovação da Comissão Política da Revisão do Orçamento.

Contamos, desta forma, garantir a melhoria das taxas de execução dos projectos de infra-estruturas.

Excelências,

Senhoras e Senhores,

O Governo está determinado a fomentar a produção agrícola. A melhoria da produção agrícola é essencial para reduzir a importação e melhorar a segurança alimentar, ao mesmo tempo que estamos a fazer um estudo profundo sobre a má nutrição, em termos de calorias dos produtos produzidos no país, e incentivar uma nova dieta alimentar na nossa sociedade.

O Orçamento de Estado para 2013 prevê, na categoria de Bens e Serviços, **$3 milhões** destinados à compra de sementes, que deverá contribuir para elevar o volume e o valor da produção agrícola. O Fundo de Infra-estruturas inclui cerca de **$10 milhões** para projectos agrícolas, nomeadamente para a construção e supervisão de esquemas de irrigação, o que também irá contribuir para melhorar a produtividade agrícola.

No sector da saúde, consideramos três áreas com aumentos orçamentais.

Em primeiro lugar, a implementação do novo regime de carreira para profissionais de saúde, com um aumento da despesa com Salários e Vencimentos para **$21 milhões.** Este regime aumentará as remunerações dos profissionais de saúde com qualificações apropriadas. Entretanto, o Governo vai continuar a exigir, de uma forma mais firme, para que os profissionais de saúde respondam apropriadamente a estes incentivos e demonstrem zelo, dedicação e humanismo, no cumprimento dos seus deveres. O Governo irá também empregar e compensar devidamente os profissionais recém-formados vindos de Cuba. Com profissionais de saúde mais motivados e mais bem qualificados deverá ser possível melhorar a qualidade dos cuidados de saúde em Timor-Leste a curto prazo.

Em segundo lugar, aumentámos o orçamento para a compra de medicamentos para **$7 milhões** que contribuirá para melhores cuidados e resultados a nível da saúde.

Em terceiro lugar, foram alocados **$5 milhões** para a compra de equipamento médico, incluindo iluminação e mesas para as salas de operações, máquinas de anestesia, máquinas de monitorização cardíaca, um desfibrilador e outros equipamentos médicos.

A educação é outro factor fundamental no desenvolvimento de uma Nação. O Governo vai prestar a devida atenção ao Programa de 'Educação para Todos', como acção concreta à iniciativa do Secretário-Geral das Nações Unidas, denominada 'Primeiro, Educação'. Eu acredito que todos concordamos que todas as crianças devem receber uma educação decente e que uma mão-de-obra instruída é uma mão-de-obra produtiva. Já foram feitos alguns progressos e estamos empenhados em progredir ainda mais no sentido de melhorar a educação em Timor-Leste.

A qualidade do ensino é um factor determinante para melhores resultados no sector educativo. Neste sentido, o Governo vai continuar a fazer tudo para que se assegure qualidade de ensino, desde o ensino básico ao nível de instituições de ensino superior. O Governo está consciente de que ninguém deve ficar satisfeito com a quantidade de formados, em cada ano, quando a qualidade de ensino ainda está abaixo das expectativas, sendo que extrai muito dinheiro dos pais dos alunos, que se sacrificam para garantir um bom futuro para os filhos.

O Orçamento de Estado para 2013 inclui medidas para aumentar os salários de grupos fundamentais de educadores. Em termos mais específicos, o orçamento de salários e vencimentos da UNTL foi aumentado para **$7,6 milhões,** devido ao novo estatuto de carreira para profissionais do ensino superior. **Também** iremos pagar os salários dos docentes que tinham anteriormente trabalhado como voluntários.

Por outro lado, os **$42 milhões** alocados no Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano, que incluem o Programa de Bolsas de Estudo, de Formação Profissional, de Formação Técnica e outros tipos de formação em sectores fundamentais, irão formar e capacitar os nossos recursos humanos para serem os protagonistas do desenvolvimento nacional.

Este ano, vamos continuar a investir em políticas sociais que visam a melhoria das condições de vida dos timorenses. Investir nas pessoas, sobretudo as mais vulneráveis, é uma obrigação moral do Estado. Para tal alocámos **$236,5 milhões** na categoria de Transferências Públicas, compreendendo nomeadamente:

- **$84,8 milhões**, destinados ao pagamento de benefícios pessoais aos Combatentes de Libertação Nacional.

- **$38,2 milhões**, para pagamentos aos nossos idosos e àqueles que demonstram incapacidade comprovada para trabalhar.

- **$18 milhões**, para apoiar Organizações Não Governamentais e Organizações Religiosas que promovem actividades culturais e religiosas, contribuindo para o bem-estar social, cultural e espiritual dos timorenses.

- **$10,5 milhões**, para financiar o programa "dinheiro por trabalho" da SEPFOPE, contribuindo para a redução do desemprego.

- **$8 milhões**, para financiar o Programa Nacional de Desenvolvimento dos Sucos, envolvendo directamente as comunidades no seu próprio desenvolvimento.

- **$3,7 milhões**, para o pagamento de pensões a funcionários públicos, de acordo com a Lei aprovada.

- **$3 milhões**, para compensações relativas a terrenos.

- **$5 milhões**, para financiar o Programa "Ita Nia Rai".

Finalmente, o Governo irá continuar a investir em sectores fundamentais que contribuem para a consolidação do nosso Estado de direito democrático.

Está previsto, este ano, aumentar o orçamento de Salários e Vencimentos da PNTL para **$13.6 milhões**, garantindo assim o emprego de mais polícias que garantirão a segurança do País. Também iremos proceder a um aumento do orçamento de Salários e Vencimentos das F-FDTL para **7,9 milhões**, para reforçar a capacidade da Força de Defesa.

Associado a este investimento encontra-se a verba de **$1,3 milhões** para a compra de mobiliário para as habitações dos soldados e polícias em todo o País e de **$1,2 milhões** para a compra de veículos e equipamentos com vista a melhorar a segurança, nomeadamente do aeroporto.

A nossa política externa não pode ser descurada, sobretudo numa fase em que a Ásia continua a ser a região com o crescimento mais rápido no mundo inteiro, compelindo o crescimento de economias emergentes e em desenvolvimento. Timor-Leste está assim localizado, neste momento, numa região estrategicamente privilegiada.

Este ano, para além do estabelecimento de duas novas Embaixadas, uma no Reino Unido e uma na Nova Zelândia, e de consulados em Darwin e Atambua, o que se traduz num aumento de **$9,1 milhões** em salários e vencimentos, no Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, vamos investir em outros aspectos fundamentais:

- Estabelecimento de uma Unidade que irá desenvolver os trabalhos preparatórios com vista a assumir a presidência da CPLP em 2014-2016, que se torna ainda

mais relevante por testar as nossas capacidades de organização para a integração plena na ASEAN.

- Preparar o estabelecimento do Centro de Estudos Diplomáticos, para formar e capacitar os diplomatas timorenses.

- Intensificar o processo de delimitação de fronteiras marítimas e terrestres.

- Continuar a presidir o g7 + e a promover os Estados frágeis no seu desígnio colectivo de desenvolvimento.

- Participação no Painel de Alto Nível sobre a Agenda de Desenvolvimento pós-2015, representada pela Ministra das Finanças.

Este esforço de diplomacia e integração regional e internacional irá, no médio e longo prazo, trazer benefícios imensuráveis para as futuras gerações de timorenses. No mundo globalizado de hoje, nenhum País está em condições de ultrapassar os obstáculos de desenvolvimento de forma individual e isolado da dinâmica das relações internacionais.

Sua Excelência
Senhor Presidente do Parlamento Nacional

Suas Excelências
Vices-Presidentes do Parlamento Nacional
Suas Excelências
Senhores Deputados

Senhoras e senhores,

No Orçamento de Estado para 2013 este Governo explica claramente como todos os investimentos serão pagos. As receitas domésticas estão estimadas em **$146 milhões** para 2013. Isto representa um aumento de 9% comparativamente com 2012.

É nosso objectivo conseguir que o esforço orçamental recaia cada vez menos sobre o Fundo Petrolífero e, para tal, vamos conceber uma reforma abrangente de modo a alargar a base fiscal e aumentar as receitas para o Estado. No período de um mandato, prevê-se que esta reforma permita aumentar as receitas domésticas do Estado de **$134 milhões** em 2012 para **$218,4 milhões** em 2017.

A diferença entre as receitas domésticas e as despesas é de aproximadamente **$1.651 milhões**. Esta diferença é suportada através de levantamentos a partir do Fundo Petrolífero, do uso de dinheiro mantido em contas do Governo e da contracção de empréstimos.

O Orçamento de Estado para 2013 inclui **$1.198 milhões** em levantamentos a partir do Fundo Petrolífero. Isto representa uma queda acentuada comparativamente com o levantamento de **$1.495 milhões** em 2012. A diminuição do montante de dinheiro levantado a partir do Fundo Petrolífero mostra que o Governo está empenhado em relação aos aspectos de prudência fiscal e de sustentabilidade.

Também as taxas de execução orçamental têm vindo a aumentar desde 2007. Em 2012, apesar de ainda não estarmos em condições de dar os valores finais, considerando que as contas ainda não foram auditadas, prevemos uma execução orçamental "em dinheiro" de cerca de 88% do Fundo Consolidado de Timor-Leste.

Se contabilizarmos a execução dos Fundos Especiais, a taxa de execução global, também em dinheiro, está prevista em 66%.

Reconhecemos que a taxa de execução dos Fundos Especiais, sobretudo o Fundo das Infra-estruturas, não correspondeu ao inicialmente previsto, considerando a fragilidade ainda registada na capacidade de implementar os projectos físicos, as condições meteorológicas e outros factores fora do controlo do Governo. No entanto, com a correcção do sistema que temos vindo a implementar e a introdução de novas políticas, estamos confiantes que em 2013 iremos superar este desafio.

Em jeito de conclusão,

Suas Excelências,

Senhoras e Senhores,

Povo de Timor-Leste

Somos hoje, mais do que nunca, responsáveis pelo rumo que queremos dar ao nosso País!

A nossa ambição de desenvolvimento, ou melhor, o nosso dever moral em reduzir a pobreza do nosso Povo, exige políticas sustentáveis concertadas, exige um plano e exige responsabilidade.

O Governo que eu tenho o dever de chefiar, oferece o seu compromisso de concretizar com sucesso o percurso de desenvolvimento.

Vai, no entanto, exigir tempo! Temos que caminhar "passo a passo" esta longa jornada, revendo continuamente o percurso já percorrido, "corrigindo", sempre que necessário, o ritmo das "passadas" e reavaliando constantemente o percurso que ainda falta percorrer.

Neste esforço colectivo, ninguém deverá ficar para trás e, muito menos, "trapacear" os companheiros de viagem.

O Orçamento Geral do Estado para 2013, é mais um passo importante nesta jornada. Anseio, portanto, pelo debate construtivo sobre este orçamento que irá determinar o desenvolvimento do nosso Povo e da nossa Nação no curto, no médio e no longo prazo.

Muito obrigado.

Kay Rala Xanana Gusmão
4 de Fevereiro de 2013